

PODER

Moraes ordena buscas contra fonte de jornalista

Ex-secretário do governo do Maranhão é alvo da Polícia Federal em investigação sobre suposta perseguição a Dino. Presidente da ANJ manifesta preocupação com medida

» ALÍCIA BERNARDES
» FERNANDA STRICKLAND

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou busca e apreensão contra o ex-secretário de Segurança do Maranhão Raimundo Cutrim. Ele é apontado como fonte do jornalista Luís Pablo Almeida, acusado de perseguir o ministro Flávio Dino. As medidas foram solicitadas pela Polícia Federal e tiveram aval da Procuradoria-Geral da República (PGR). A investigação tramita sob sigilo. Durante o cumprimento dos mandados, foram apreendidos aparelhos eletrônicos, computadores e telefones celulares. Em novembro, Almeida publicou reportagens em que acusa Dino e família de suposto uso irregular de veículos oficiais do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA). Na elaboração das publicações, o jornalista teria sido assessorado por um advogado, também alvo de buscas ontem.

A decisão cita que a PF encontrou movimentações financeiras desse advogado em favor do jornalista e quer saber se os pagamentos estão relacionados a publicações de interesse do grupo de Cutrim. O defensor teria repassado R\$ 100 mil utilizados para compra de um terreno. A PF apura suposta perseguição contra Dino, com “exposição indevida relacionada à segurança” do ministro e uso de “mecanismo estatal” para monitoramento. A defesa do ex-secretário, liderada por Berilo Freitas, confirmou que a decisão menciona Cutrim como fonte do jornalista “Investigam um jornalista que faz denúncia, investigam o advogado que o orienta, a fonte... E não investigam a denúncia? É estranho”. Almeida disse que o valor citado não tem relação com seu trabalho. Em março, o jornalista havia sido alvo de uma operação da PF, também por ordem de Moraes, mas devido a outra apuração, também sigilosa. O presidente executivo da

Associação Nacional de Jornais (ANJ), Marcelo Rech, manifestou preocupação com o caso. “A busca e apreensão em razão de informação jornalística abre um precedente muito perigoso. É uma séria ameaça à liberdade de imprensa”, frisou. “Inverdades” A assessoria do ministro negou que tenha havido uso irregular de veículos oficiais do TJ-MA pelo magistrado ou por sua família. Em nota, o gabinete classificou como “inverdades” as informações que apontam eventual utilização indevida da estrutura do tribunal. Conforme a nota, o veículo blindado foi cedido pelo tribunal a pedido da Secretaria de Segurança do STF. E cita ameaças contra Dino e familiares. A assessoria também argumentou que não pode divulgar detalhes sobre os protocolos de segurança adotados para proteger Dino e seus familiares. O

motivo, segundo a nota, é que o ministro seria alvo recorrente de agressões e ameaças. Ainda de acordo com a manifestação, investigações recentes identificaram que até mesmo veículos particulares utilizados pelo ministro e por familiares teriam sido monitorados e seguidos. A assessoria afirmou não dispor de outras informações sobre os casos, uma vez que os processos relacionados às apurações tramitam sob segredo de Justiça. Diante de novos fatos, o gabinete de Dino informou ter solicitado providências adicionais para reforçar a segurança do ministro e de sua família. As novas medidas, segundo desatcou, também terão caráter reservado. A equipe não detalhou quais ações foram pedidas nem quais órgãos deverão adotá-las. Em julho, Dino havia determinado a prisão domiciliar e o afastamento de Cutrim da função. O caso tramita em sigilo. (Com Agência Estado)

Luiz Silveira/STF



Para o ministro Flávio Dino, do STF, a existência de problemas não significa que todo o sistema esteja diante de um colapso

Dino nega conflito “terminal” na Justiça

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), voltou a defender a necessidade de mudanças no sistema de Justiça, mas fez uma ressalva ao diagnóstico de que o Poder Judiciário estaria mergulhado em um conflito sem precedentes. Em publicação nas redes sociais, ontem, Dia do Advogado, o magistrado afirmou que existem problemas a serem enfrentados, mas classificou como exagerada a ideia de uma crise “terminal e apocalíptica” no Judiciário. A manifestação foi publicada pelo ministro como uma homenagem aos advogados e aos profissionais que atuam na área jurídica, especialmente aqueles dedicados ao ensino do direito. Ao abordar os desafios enfrentados pelo segmento, Dino reconheceu a existência de pontos negativos nas instituições, mas criticou o que considera uma generalização sobre o funcionamento da Justiça brasileira. Para ele, a existência de problemas não significa que todo o sistema esteja diante de um colapso. Na avaliação do ministro, cursos que apresentam o Judiciário como uma instituição em situação terminal podem estar associados a interesses políticos, ideológicos ou econômicos. Dino também afirmou que determinadas análises acabam selecionando informações de maneira a confirmar previamente uma determinada interpretação sobre a realidade. A crítica surge em um momento de forte debate público sobre o funcionamento das instituições de Justiça, a atuação dos tribunais e a remuneração da magistratura. E ocorre, também, um dia depois de o presidente do STF, Edson Fachin,

Memória

Críticas a Fachin

Em abril, o ministro Flávio Dino publicou um artigo de opinião no site ICL Notícias em que propôs uma ampla reforma no Poder Judiciário, da primeira instância às Cortes superiores. O texto foi permeado de críticas ao presidente do STF, Edson Fachin, que encampou a questão ética como principal bandeira da sua gestão e que defende a aprovação de um Código de Conduta para magistrados de tribunais superiores. O STF está dividido em relação à proposta de Fachin de um

afirmar que o Poder Judiciário, como qualquer instituição republicana, não está imune a imperfeições. “Reconhecer isso, como, aliás, tenho feito, não significa enfraquecê-lo. Ao contrário, um tribunal que se abre à crítica qualificada, que aceita o escrutínio da imprensa, que presta conta de seus critérios decisórios e de sua gestão administrativa não renuncia à sua autoridade”, disse Fachin na ocasião. O presidente do STF também anunciou o envio ao Congresso, até o fim do ano, de uma proposta para limitar salários de juízes.

Aperfeiçoamento

Apesar de Dino rejeitar a tese de uma crise generalizada, reiterou que reformas são necessárias. Segundo ele, o objetivo deve ser aperfeiçoar as instituições para que

Código de Ética para disciplinar a atuação dos ministros. Dino integra a ala composta por Alexandre de Moraes, Dias Toffoli, Gilmar Mendes e Cristiano Zanin, que é refratária à ideia do presidente da Corte. Quando publicou o artigo, Dino defendeu a revisão do capítulo do Código Penal sobre os crimes contra a Administração da Justiça e propôs punições mais rigorosas para magistrados que incorram em corrupção, peculato e prevaricação. os profissionais do direito possam prestar um serviço cada vez mais eficiente à sociedade. Entre os pontos que considera prioritários estão a redução da morosidade dos processos, o combate à corrupção entre integrantes do sistema de Justiça e a definição de parâmetros para o uso da inteligência artificial. O magistrado também citou como preocupação a utilização de precatórios em esquemas criminosos e a manutenção de estruturas financeiras por profissionais do direito para a lavagem de dinheiro. Outro tema mencionado por Dino foi a compra e a venda de decisões judiciais, prática que, caso comprovada, representa uma das formas mais graves de corrupção dentro do sistema de Justiça. A lista apresentada pelo magistrado indica que, na avaliação dele, uma eventual reforma não deveria se limitar à organização

dos tribunais, mas também a alcançar mecanismos de controle, responsabilização e transparência. A discussão sobre mudanças no Judiciário não é nova para Dino. Em abril, o ministro apresentou uma proposta organizada em 15 eixos para revisar aspectos do funcionamento do Judiciário. Entre as medidas defendidas estavam o endurecimento das punições para casos de corrupção envolvendo juízes e procuradores e a criação de limites e critérios para o emprego de ferramentas de inteligência artificial em tribunais. A proposta surgiu em um período de crescente pressão sobre o sistema de Justiça e, particularmente, sobre o STF. O debate ganhou força diante dos desdobramentos de investigações relacionadas ao caso Master e de discussões sobre mecanismos de fiscalização e responsabilização de instituições financeiras. Ao mesmo tempo, a Suprema Corte enfrentava críticas relacionadas às regras para pagamentos adicionais destinados à magistratura, os chamados “penduricalhos”, que podem elevar a remuneração de integrantes do Judiciário para além do subsídio básico previsto constitucionalmente. A defesa de uma reforma aparece como um ponto de convergência entre diferentes iniciativas dentro do próprio Judiciário, embora os caminhos para promover as mudanças ainda estejam em discussão. Para Dino, reconhecer falhas não é admitir que o sistema esteja em colapso. A estratégia para ele passa por identificar problemas e propor correções, com atenção à integridade dos profissionais e ao combate a crimes. (AB)

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br

maurenilson



Breve história da política brasileira, de Carneiro Leão a Lula da Silva

O apoio do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), à reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva vai além das conveniências eleitorais da Paraíba. Reproduz o pacto entre o poder central e as oligarquias regionais, pelo qual interesses contraditórios se acomodam em torno da governabilidade e da preservação do poder. É a recidiva da velha “política de conciliação” incorporada ao projeto eleitoral de Lula. José Honório Rodrigues analisou esse fenômeno em Conciliação e reforma no Brasil: um desafio histórico-político (Editora Civilização Brasileira), escrito depois do golpe militar de 1964. Discípulo de Capistrano de Abreu, o mestre via a conciliação de maneira crítica: “Os poderes dominantes tiveram sempre força para conter as aspirações profundas de mudança e reverter os movimentos de modo a sustentar seu sistema e seus privilégios”. Para José Honório, a Independência, as revoltas do período regencial, a República e as crises de 1930, 1945, 1961 e 1964 revelavam uma característica recorrente da formação do Brasil: as estruturas do patronato brasileiro demonstram extraordinária capacidade de sobrevivência. “O povo brasileiro é uma vítima, um derrotado no processo histórico.” Essa contradição atravessou a República. É a raiz da “modernização pelo alto”, capaz de incorporar demandas sociais sem romper necessariamente com estruturas tradicionais. Como insistia Luiz Werneck Vianna, o Brasil se transforma sem abandonar o antigo: a revolução passiva (Revan). Modernizou a economia, urbanizou-se, democratizou instituições e ampliou direitos sem o moderno na política dominante: preservou o patrimonialismo, o fisiologismo, as desigualdades e o poder das elites regionais. A matriz histórica dessa característica da política brasileira está no Império. Em 1853, Honório Hermeto Carneiro Leão, o Marquês do Paraná, organizou o Gabinete da Conciliação, aproximando conservadores, os “saquaremas”, e liberais, os “luzias”. O conselheiro Nabuco de Araújo, conservador, havia perdido as eleições em Pernambuco, mas aceitou participar do gabinete de maioria liberal, porém sem abandonar seus aliados provinciais. Surgia ali a célebre “ponte de ouro” narrada por Joaquim Nabuco no monumental Um estadista no Império (Topbooks). Ao contrário de Capistrano e Honório, Nabuco enxergava virtudes nessa engenharia. Para ele, o reformador brasileiro “detém-se diante do obstáculo; dá longas voltas para não atropelar nenhum direito”. Era uma concepção gradualista: mudar sem destruir as pontes com aqueles que controlavam parcelas importantes do poder. Pacto de poder O fato é que governos reformistas estabeleceram alianças com forças conservadoras para governar. Juscelino Kubitschek construiu uma ampla composição política para executar o Plano de Metas. Fernando Henrique Cardoso aliou o PSDB ao PFL de Marco Maciel, Antônio Carlos Magalhães e Jorge Bornhausen para garantir sustentação parlamentar ao Plano Real e às reformas constitucionais. Lula fez movimento semelhante nos dois primeiros mandatos, em aliança com o ex-presidente José Sarney e as oligarquias regionais representadas no Congresso. Dilma Rousseff, porém, entrou em conflito com parcelas importantes desse sistema, perdeu sua base parlamentar e acabou afastada pelo impeachment. No terceiro mandato, contingenciado pela correção de forças, Lula reencontrou essa estrutura ainda mais poderosa. O fortalecimento do Congresso por meio das emendas parlamentares e a ascensão do Centrão reduziram a autonomia do Executivo. A aproximação com PP e Republicanos foi uma resposta pragmática a essa realidade. A eleição de Hugo Motta para a Presidência da Câmara aprofundou o processo. É nesse contexto que seu apoio à reeleição de Lula adquire significado histórico. Formalmente, o Republicanos permanece neutro na eleição presidencial. Politicamente, abriu espaço para que suas lideranças façam escolhas conforme as circunstâncias estaduais. Tarcísio de Freitas preserva em São Paulo sua identidade conservadora e a ligação com o eleitorado bolsonarista, enquanto Motta apoia Lula na Paraíba. Não demora muito será a vez de o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), reaproximar-se de Lula em razão das eleições no Amapá; no rastro, do PP de Ciro Nogueira. É o velho pacto dos “luzias” e “saquaremas”. Lula conhece profundamente esse mecanismo. Sua candidatura à reeleição não pode depender apenas da frente formada por PT, PSB e outros partidos de esquerda, precisa de setores conservadores que controlem governos estaduais, prefeituras e bancadas. Mudaram os partidos e os personagens, mas o velho pacto perverso atravessou o Império, sobreviveu à República e chegou à eleição de 2026. Mas há um preço para esse transformismo: a conciliação é eficiente para estabilizar o sistema político, porém à custa da participação popular e das reformas estruturais.